



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Supervisão de Licitações e Contratos

Rua Libero Badaró, 293, 19ª andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-000

Telefone: (11) 3334-7411 / (11) 3334-7422 / (11) 3334-7443

Contrato; Nº 02/CGM/2022

PROCESSO Nº 6067.2022/0021664-4

CONTRATO 02/CGM/2023

PROCESSO Nº 6067.2022/0021664-4

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº: 01/2023

CONTRATANTE: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTRATADA: R. BARBOSA MARQUES ME, CNPJ: 21.235.719/0001-81

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de carimbos para uso da Controladoria Geral do Município

VALOR GLOBAL: R\$89,94 (oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 32.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.00.1.500.9001.0

NOTA DE EMPENHO nº : 10272/2023

Pelo presente, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por meio da **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, CNPJ nº **29.599.447/0001-00**, situada na Rua Líbero Badaró, nº 293 – 19º andar, Centro, São Paulo, neste ato representada por sua Chefe de Gabinete, Senhora THALITA ABDALA ARIS, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **R. BARBOSA MARQUES ME**, CNPJ nº **21.235.719/0001-81**, estabelecida na Rua Romilda Perri de Castro, 34 - Jardim Apura - São Paulo - SP - CEP 04470- 120, telefone (11) 5673-2696, neste ato representada por sua representante legal, Senhora Rosana Barbosa Marques, portadora da cédula de identidade nº [REDACTED] – SSP/SP e CPF nº [REDACTED] 141.688-[REDACTED], **RESOLVEM** de comum acordo e em conformidade dos elementos constantes do processo SEI nº 6067.2022/0021664-4 e ainda, nos termos do fulcro no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Municipal nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/03 e do Despacho Autorizatório proferido nos autos sob SEI nº 077780847, publicado no DOC de 31/01/2023, resolvem firmar o presente contrato, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente a contratação de empresa para fornecimento de carimbos diversos para a Controladoria Geral do Município, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Contrato;

1.1.1 Segue o quantitativo estimado, a especificação e o preço do objeto (carimbos):

Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
02	Carimbo de madeira, formato retangular, tamanho pequeno (até o tamanho de 10 cm ²)	06	R\$14,99	R\$89,94

1.2. O fornecimento do objeto será por demanda, ou seja, de acordo com as necessidades da Contratante, mediante ordem de fornecimento.

1.2.1 Por serem quantidades estimadas, a CONTRATANTE não estará obrigada a utilizar todo quantitativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente contrato terá início da data de sua assinatura e encerrar-se-á em 31/12/2023, prazo adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 13.278/02.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O fornecimento do objeto será por demanda de forma parcelada, ou seja, só serão recebidos os materiais em conformidade e na quantidade estabelecida na O.F. (Ordem de Fornecimento).

3.2. Os pedidos (O.F.) serão encaminhados pela Supervisão de Administração-SADM à Contratada por e-mail e deverão ser obedecidos os seguintes prazos:

3.2.1 O prazo para entrega do objeto deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.2.2 O prazo para refazer o objeto em desacordo e/ou apresentando defeitos será de até 02 (dois) dias úteis, após a comunicação da falha/defeito por parte fiscal do contrato.

3.3. O objeto deverá ser entregue no seguinte endereço: Rua Líbero Badaró, 293 – 19º Andar – Bloco A – Centro – São Paulo/SP, Fone: 3334-7422 no período das 9:00 às 16:00h, na Supervisão de Administração-SADM.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O valor total estimado deste Contrato é de R\$89,94 (oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

4.2 O pagamento será realizado após 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal e efetiva entrega do material, que se dará com o respectivo ateste. O ateste será dado pelo fiscal de contrato, no prazo de cinco dias úteis da entrega da Nota Fiscal;

4.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente especificada pelo credor e mantida no Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto nº 51.197/2010 pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, por crédito em conta corrente especificada pelo credor e mantida no BANCO DO BRASIL S/A, contados da data do ateste do fiscal do contrato quanto a fiel e regular confecção do objeto pactuado.

4.3.1 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a demanda requerida, ao longo da vigência deste instrumento.

4.3.2 A despesa com execução do presente onerará a dotação orçamentária nº 32.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.00.1.500.9001.0.

4.4 Para a realização dos pagamentos deverão ser observadas as normas estabelecidas pela Portaria SF nº170/2020 e suas alterações.

4.5 Havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá solicitar, através de requerimento próprio, compensação financeira nos termos preconizados no item 3 da Portaria 5/2012, da Secretaria Municipal de Finanças.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 Não haverá reajuste de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1 Não será exigida garantia contratual neste ajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A fiscalização do presente ajuste será exercida por servidores designados para tal finalidade nos autos do processo, a quem competirá o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto de acordo com a legislação vigente sobre a matéria.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1 As decorrentes de lei e de todo contrato desta natureza;

8.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada será responsável por todas as despesas e encargos de qualquer natureza decorrentes deste ajuste, inclusive pelas obrigações de natureza trabalhista, civil, criminal, comercial, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e pelos gastos com transporte, resultantes da prestação dos serviços;

9.2 A Contratada assumirá todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a entrega parcelada do objeto, bem como as contribuições para eventuais autuações.

9.3 A Contratada se obriga a manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, sua regularidade fiscal e trabalhista, devendo possuir documentação válida tais como:

9.3.1 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

9.3.2 Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

9.3.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.3.4 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto contratado, sendo que a comprovação de regularidade fiscal para com a Fazenda do Estado de São Paulo, quando o caso, deve ser efetuada com a apresentação da certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado – PGE - referente aos débitos inscritos em dívida ativa, conforme previsto na Portaria Intersecretarial n. 02/2014 – SNJ/SEMPA;

9.3.5 Certidão de regularidade para com a Fazenda do Município de São Paulo, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto contratado.

9.3.5.1 Caso haja débito inscrito na Dívida Ativa com a exigibilidade suspensa, a Contratada deverá apresentar Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários Inscritos na Dívida Ativa expedida pelo Departamento Fiscal da Procuradoria Geral do Município.

9.3.5.2 Caso a Contratada não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar Declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação deste contrato.

9.4 A Contratada deverá confeccionar o objeto com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estabelecido no Termo de Referência, que passa a fazer parte deste Contrato;

9.5 A Contratada deverá cumprir todos os prazos estabelecidos no ajuste;

9.6 A Contratada deverá comunicar à Contratante toda e qualquer alteração de seus dados cadastrais, para atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTRATO E DA RESCISÃO

10.1 O Contrato será firmado em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, combinada com a Lei Municipal nº 13.278/02 e Decreto nº 44.279/03, além de demais normas complementares.

10.2 Fica fazendo parte integrante do presente Contrato a proposta da Contratada e o Termo de Referência que instruiu a Cotação Eletrônica nº 01/2023, ficando o presente vinculado a estes documentos.

10.3 Dar-se-á a rescisão ou alteração do Contrato em qualquer das hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas modificações com as condições ali indicadas.

10.4 Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 e art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.5 Dar-se-á a rescisão ou alteração do Contrato em qualquer das hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas modificações com as condições ali indicadas.

10.6 Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 e art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Além das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas pertinentes, o fornecedor estará sujeito às penalidades a seguir discriminadas:

11.2. 0,5% (meio por cento) sobre o valor do ajuste por dia de atraso, até o limite de 10 dias.

11.3. A partir do 11º (decimo primeiro dia) de atraso, inclusive, a multa será de 0,75% (zero setenta e cinco por cento) diário.

11.4. Decorrido o atraso superior a 20 (vinte) dias na entrega, a contratante poderá, a seu critério e devidamente justificadas:

11.5. Restar configurada a inexecução total do ajuste, operando-se sua rescisão.

11.6 Aguardar a entrega dos materiais, com aplicação de 0,75% por dia de atraso.

11.7. A decisão do item 11.6 poderá ser revista a qualquer tempo

11.8. 20% por inexecução parcial sobre a parcela não executada

11.9. 25% por inexecução total, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicar-se pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

11.10. Multa de 1% (um por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste não contempladas nos subitens acima, sempre sobre o valor total do contrato.

11.11. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, mas não podem exceder o valor da multa por inexecução total.

11.12. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis da intimação da contratada.

11.13. A critério da Administração, e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Administração Pública no âmbito deste ajuste, nos termos do parágrafo único do art. 55 do Decreto Municipal n. 44.279/2003. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo judicial de execução.

11.14. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário.

11.15. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

12.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, observar o disposto no artigo 3º, §1º-A do Decreto 44279/03, acrescido pelo Decreto nº 56.633/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica a Contratada ciente de que a assinatura deste contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar

qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

13.2. O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 13.278/2002 e demais normas pertinentes, aplicáveis à sua execução e especialmente aos casos omissos.

13.3. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

13.4. Como condição para a formalização do contrato, deverá estar comprovado que a empresa não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto nº 47.096/06, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

13.5. Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste. E, por estarem assim as partes justas e contratadas, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, na forma e sob as penas da lei.

THALITA ABDALA ARIS: 524118
Assinado de forma digital por THALITA ABDALA ARIS: 524118
Dados: 2023.02.07 20:18:32 -03'00'

THALITA ABDALA ARIS

Chefe de Gabinete

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTRATANTE

R BARBOSA MARQUES: 21235719000181
Assinado de forma digital por R BARBOSA MARQUES: 21235719000181
Dados: 2023.02.01 14:25:11 -03'00'

ROSANA BARBOSA MARQUES

Representante Legal

R. BARBOSA MARQUES ME

CONTRATADA

Anexo I do Contrato nº 02/CGM/2023

Termo de Referência

PROCESSO Nº 6067.2022/0021664-4

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em fornecimento de carimbos, sob demanda, para a Controladoria Geral do Município de São Paulo, conforme condições e especificações deste Termo de Referência.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.2. Item 02 - Carimbo de Madeira CATMAT nº 280774:

Carimbo Material Corpo: Madeira

Material Cabo: Madeira

Material Base: Borracha

Tipo: Sem Cercadura
Formato: Retangular
Características Adicionais: Até 10 Cm²

2.3. Quantitativos: Estimado Anual, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
2	Carimbo de Madeira CATMAT nº 280774	06

2.4. O fornecimento será executado mediante Ordem de Fornecimento – OF, conforme demanda.

3. PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

3.1. O prazo para entrega dos carimbos será de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.2. A entrega deverá ser feita na Diretoria de Administração da Controladoria Geral do Município, situada na Rua Líbero Badaró, 293 – 19º andar – Conjunto A – Centro - São Paulo. No horário compreendido entre 9h e 16h.

3.3. O prazo de substituição de carimbo com erro ou defeito será de 2 (dois) dias úteis contados da data da notificação.

3.3.1. A Contratante deverá conferir o produto no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega. Devendo notificar imediatamente a Contratada em caso de erro ou defeito para que esta providencie a substituição, conforme prazo estabelecido no Item 3.3.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Apresentar à Contratada Ordem de Fornecimento, constando tipo e quantidade de carimbos que serão solicitadas.

4.2. Rejeitar, no todo ou em parte, produto entregue em desacordo com as especificações constantes da Ordem de Fornecimento.

4.3. Solicitar a substituição do produto entregue em desacordo, observado os prazos do Item 3 deste Termo de Referência.

4.4. Comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato.

4.5. Receber e atestar o objeto contratado.

4.6. Efetuar pagamento à contratada pelo fornecimento dos carimbos, devidamente atestados, na forma e prazo estabelecido no Ajuste.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.2. Entregar o solicitado no prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.3. A Contratada se obriga também a refazer os materiais solicitados quando em desacordo com as especificações constantes da Ordem de Fornecimento ou quando estes apresentarem defeitos, sem ônus para a Contratante, em até 02 (dois) dias úteis, após comunicação da Contratante.

5.4. Encaminhar a Contratante Nota Fiscal, ou equivalente, relativa aos produtos entregues acompanhada dos documentos de regularidade fiscal, conforme disposto na Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda - SF nº 170 de 31 de agosto de 2020.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência do presente ajuste se iniciará na data de sua assinatura entendendo-se até o final do exercício orçamentário de 2023, ou seja 31/12/2023, em atendimento ao disposto no art. 57 da Lei 8666/93.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização do presente ajuste será exercida por servidores designados para tal finalidade por meio de despacho exarado nos autos do processo da contratação, a quem competirá o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto de acordo com a legislação vigente sobre a matéria.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da Nota Fiscal, ou equivalente, acompanhada dos documentos de regularidade conforme Item 5.4 deste Termo de Referência, relativo aos produtos entregues e devidamente atestados pela Contratante.

8.2. O ateste de que trata o item anterior, será realizado pelo fiscal de contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do produto, observado o disposto no Item 3 deste Termo de Referência.

8.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto nº 51.197/2010.

8.4. No valor já estão incluídas todas as despesas com fretes, seguros, taxas, tributos, contribuições e qualquer outra incidência fiscal e trabalhista decorrente da execução do objeto.

8.5. A empresa deverá apresentar para liquidação e pagamento das despesas referentes à aquisição em pauta, os documentos constantes da Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda - SF nº 170 de 31 de agosto de 2020.

9. DAS SANÇÕES

9.1 Além das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas pertinentes, o fornecedor estará sujeito às penalidades a seguir discriminadas:

9.1.2 Multa por descumprimento dos prazos de entrega do objeto: 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do ajuste por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias;

9.1.3 A partir do 11º (decimo primeiro dia) de atraso, inclusive, a multa será de 0,75% (zero setenta e cinco por cento) diário;

9.2 Decorrido o atraso superior a 20 (vinte) dias na entrega, a contratante poderá, a seu critério e devidamente justificadas:

9.2.1 Restar configurada a inexecução total do ajuste, operando-se sua rescisão.

9.2.2 Aguardar a entrega dos materiais, com aplicação de 0,75% por dia de atraso.

9.3 A decisão do item 8.2.2 pode ser revista a qualquer tempo.

9.4 Multa de 20% por inexecução parcial sobre a parcela não executada.

9.5 Multa de 25% sobre o total do ajuste por inexecução total, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicar-se pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

9.6 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do ajuste por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste não contempladas nos subitens acima.

9.7 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, mas não podem exceder o valor da multa por inexecução total.

9.8 O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis da intimação da contratada.

9.9 A critério da Administração, e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Administração Pública no âmbito deste contrato, nos termos do parágrafo único do art. 55 do Decreto Municipal n. 44.279/2003. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo judicial de execução.

9.10 Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso

fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário.

9.11 O fiscal do contrato poderá propor a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, caso entenda que a irregularidade perpetrada não é de natureza grave.

9.12 Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei federal n. 8.666/93.

10 DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

10.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma. (por força do artigo 3º, §1º-A do Decreto 44.279/03)

Referência: Processo nº 6067.2022/0021664-4

SEI nº 077842224

R BARBOSA Assinado de forma
digital por R
MARQUES: BARBOSA
212357190 MARQUES:2123571
9000181
00181 Dados: 2023.02.01
14:25:34 -03'00'